



O TRABALHO DOS JORNALISTAS COMO SINTOMA DA LÓGICA DOS CONGLOMERADOS

Rafael Grohmann¹

Resumo

O artigo busca compreender como o trabalho dos jornalistas pode ser entendido à luz da lógica dos conglomerados midiáticos, a partir do imperativo da flexibilidade e do jornalista multiplataforma, onde a flexibilização e a precarização das relações de trabalho devem ser entendidas não como situações individuais, mas como estruturante das condições de trabalho atualmente. Exemplos destas situações são pinçados de discursos de jornalistas a partir da pesquisa “As Mudanças no Mundo do Trabalho dos Jornalistas”.

Palavras-chave: comunicação; trabalho; jornalista; precarização; conglomerados

Abstract

The article seeks to understand how the work of journalists can be understood from the logic of media conglomerates, from the imperative of flexibility and from the multiplatform journalist, where flexibility and precariousness of labor relations must be understood not as individual situations, but as part of the structure of labor relations. Examples of these situations are pinched of discourses of journalists from the research "Changes of the world of work of journalists".

Keywords: communication; work; journalist; precarious; conglomerates

Introdução

¹ Doutorando e Mestre em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (USP). Professor dos cursos de Comunicação Social – Jornalismo, Rádio e TV e Relações Públicas no Centro Universitário FIAM-FAAM. Pesquisador do Centro de Pesquisas em Comunicação e Trabalho (CPCT-ECA/USP).

Ondas de demissões de jornalistas nas grandes empresas de comunicação: os famosos “passaralhos”. As transformações econômicas das indústrias midiáticas provocaram modificações no processo produtivo dos trabalhadores destas indústrias culturais. As mudanças nas esferas tecnológicas, nas rotinas produtivas e nas relações de trabalho, criaram novas práticas e conformaram novos perfis para os profissionais de comunicação.

É preciso, pois, entender os “conglomerados” e os “oligopólios” do sistema midiático para compreender as mudanças no mundo do trabalho do jornalista como algo estruturante da conjuntura econômica atual, e não somente como situações individuais ou anômalas. O presente artigo busca mostrar, à luz de alguns resultados da pesquisa “Mudanças no Mundo do Trabalho do Jornalista” (Fígaro; Nonato; Grohmann, 2013), realizada junto a jornalistas de São Paulo², como o trabalho dos jornalistas se relaciona com a lógica econômica atual, permeada pela lógica dos conglomerados.

Não raro os jornalistas não se reconhecem como “trabalhadores”, mas como seres especiais, muitas vezes como “super-heróis” (Adghirni, 2005), o que dificulta a própria compreensão do trabalho jornalístico e o seu caráter produtivo. O trabalho produtivo, para Marx (2010), se define a partir da produção capitalista. “Um ator, inclusive um palhaço, pode ser, portanto, um trabalhador produtivo se trabalha a serviço de um capitalista (de um empresário)” (Marx, 2010, p. 151). Neste sentido, os escritores, por exemplo, são trabalhadores produtivos “não porque produzem ideias, mas porque enriquece o editor que publica as suas obras” (Marx, 2010, p. 152). O jornalista, portanto, deve ser visto como trabalhador e que está inserido no modo de produção capitalista vigente.

É certo falar que as indústrias midiáticas passaram por grandes transformações no final do século XX e no início do século XXI. Como diz Dênis de Moraes (2013), há

² Ressaltamos que não é a intenção deste artigo apresentar os resultados gerais desta pesquisa ou mostrar os aspectos metodológicos e de construção da amostra, o que pode ser consultado em Fígaro, Nonato e Grohmann (2013). Cabe apenas ressaltar que a pesquisa se constituiu metodologicamente a partir de questionário quantitativo, entrevistas em profundidade e grupos focais a partir de quatro amostras, A partir disso, o artigo apresentará alguns dados da fase quantitativa e das entrevistas em profundidade. Portanto, trata-se de um recorte específico dentro desta pesquisa de maior fôlego.

um sistema midiático com flexibilidade operacional e tecnoprodutiva, com uma crescente interseção entre “capital financeiro” e “capital midiático”, ocorrendo uma desterritorialização do parque produtivo. “Há uma íntima relação entre a desterritorialização da produção e as instâncias de controle de todo o fluxo empresarial” (Moraes, 2013, p. 31). O conteúdo midiático é customizado para as culturas locais, mas a produção e o capital são globais. “Não é possível entender as comunicações nem a indústria cultural norte-americana ou global sem compreender o conglomerado” (Wu, 2012, p. 264).

A diversificação de plataformas e de produtos midiáticos nos dá a ilusão de democratização na comunicação. Segundo Tim Wu (2012), todas as inovações tecnológicas tiveram um período de abertura apenas para se tornar a base de outros “impérios da comunicação”, o que parece acontecer também com a internet, o que ele chama de “inevitabilidade do Ciclo”.

Para Castells (2010, p. 81), “apesar da proliferação dos blogs e de outros portais de notícias, as organizações midiáticas *mainstream* continuam a dominar o mercado de notícias *online*”. Há, conforme Martel (2012), um predomínio do *mainstream*: no mundo de hoje “todo mundo é independente”, ou *indie*, mas estes “independentes” estão, em sua maioria, ligados a grandes indústrias. O autor exemplifica a partir da “nova Hollywood”, onde todo grande estúdio possui um estúdio independente.

Em suma, trata-se de uma habilidade do próprio motor do capitalismo de tudo mudar para não mudar nada. O dinamismo do capitalismo provoca suas próprias transformações, por exemplo, reapropriando léxicos que eram de outros lugares sociais. “O derradeiro limite para o capitalismo, comentou Marx certa vez, é o próprio capital, cuja reprodução constante é uma fronteira além da qual ele não pode se aventurar” (Eagleton, 2012, p. 11)

As Mudanças no Mundo do Trabalho e o “Imperativo da Flexibilidade”

Estamos em um momento do capitalismo, o qual Boltanski e Chiapello (2009) chamam de “novo espírito do capitalismo”, em que são requeridas habilidades

comunicativas para o mundo do trabalho. Para Jessé Souza (2010, p. 38), há uma “colonização da nova semântica a serviço do capital”. As prescrições para se ter sucesso são fatores, além da comunicabilidade, como abertura para o outro, sensibilidade para as diferenças, atração pelo informal, aceitação de múltiplas experiências e busca de contatos interpessoais.

Castells (2010, p. 59) explica: “a criatividade, a autonomia e a capacidade de ‘auto-programação’ não seriam produtivas se não pudessem se combinar com o trabalho em rede”. Neste “novo espírito do capitalismo”, as redes representam um ingrediente constitutivo das atividades de comunicação e trabalho. Pois então, “a razão fundamental da necessidade estrutural de flexibilidade e autonomia é a transformação da organização do processo de produção” (Castells, 2010, p. 59).

Trata-se de um mundo marcado pelo “imperativo da flexibilidade”, que é um discurso que circula pelas diversas esferas da sociedade. Um exemplo pode ser visto nesta peça publicitária da marca Halls, de 2013, intitulada “Halls Contrata”: “enquanto centenas de milhões vão trabalhar transpirando em seus ternos e gravatas, você agradece por ter escolhido a profissão certa. O dia em que a vida te dá um tapa nas costas e fala: ‘você mandou bem’. Hoje você é livre. Hoje, todos os trabalhadores te invejam (...). Trabalhos irados e temporários”. O trabalho, então, é visto a partir da “ética da aventura” (Buarque, 2006), relacionado ao lazer, à liberdade e a satisfação individual.

Há que se analisar para além das aparências. Eagleton (2012) afirma que não é “só porque os presidentes de empresa hoje podem usar tênis, ouvir Rage Against the Machine e implorar a seus empregados para os chamarem de ‘fofos’” (Eagleton, 2012, p. 134) que a classe social foi varrida da Terra. E complementamos: a mesma coisa serve com relação ao trabalho.

Neste “novo espírito do capitalismo”, há uma tendência à individualização das situações de trabalho e ao enfraquecimento das defesas do mundo do trabalho, tendo como exemplo a dessindicalização e a diminuição do seu nível de adesão. “A precarização do trabalho e o medo do desemprego que a acompanha teriam como efeito enfraquecer a combatividade dos trabalhadores e sua propensão a sindicalizar-se” (Boltanski; Chiapello, 2009, p. 295).

A percepção do trabalho como um “jogo” ajuda a justificar trabalhos precários ou não remunerados em nome do “jogo”. Para Küklich (2005), nas indústrias de entretenimento, as relações entre “trabalho” e “jogo” estão mudando, levando a uma forma híbrida – uma espécie de *playbour* ou *playbor* (*play + labor*).

Terranova (2013) cunha o termo “escravos da rede” (*netslaves*) para compreender a exploração do trabalho digital atualmente. Para ela, os escravos da rede não são somente uma forma típica de trabalho na internet, mas deve-se considerar a relação complexa com o trabalho nas sociedades capitalistas tardias. Nas empresas mais conhecidas e valorizadas, o trabalho é visto como uma breve experiência e que, nem sempre, se parece com trabalho. É preciso, então, uma reação contra a glamourização do trabalho digital, cuja formação discursiva silencia a degradação e a precarização do trabalho, além do aumento implacável dos ritmos de trabalho.

“Nos países superdesenvolvidos, o ‘fim da fábrica’ expôs a obsolescência da ‘velha’ classe trabalhadora, mas também produziu uma geração de trabalhadores que foram repetidamente tratados como consumidores ativos de *commodities*.” (Terranova, 2013, p. 37). Terranova (2013), então, alerta para a questão do “trabalho livre”. A exploração deste trabalho livre, visto como “não-trabalho”, é o que sustenta, na visão da autora, muitas vezes, a própria internet. “O trabalho livre é o momento em que esse consumo da cultura se transforma em atividades produtivas, que são prazerosamente abraçadas e, ao mesmo tempo, muitas vezes, vergonhosamente exploradas” (Terranova, 2013, p. 37).

É a partir deste cenário ainda por se compreender totalmente que se encontra o trabalho dos jornalistas.

Os Jornalistas-Trabalhadores e a Precarização

Há quem refute a ideia da precarização do trabalho do jornalista, afirmando que não se pode haver precarização, pois o jornalista sempre teve um trabalho precário historicamente, e além disso, sempre foi um *freelancer*, no sentido de não ter um trabalho fixo e estável. Como diz Werneck Sodré (1999, p. 23), a partir da imprensa

pré-Império no Brasil: “há, aqui, duas confissões: a de que redigia o jornal praticamente sozinho, e a de que não vivia disso, mas de outras atividades”.

No entanto, esta passagem é da época da imprensa pré-1822, ou seja, trata-se de um jornalismo que não está inserido no mundo capitalista, com suas condições e contradições, pois jornalistas não exerciam o jornalismo como uma fonte de renda. O jornalista *freelancer* daquela época assemelha-se mais a um “aventureiro”, na acepção romântica do que o que designa esta atividade hoje, vinculada a ideia de “cidade por projetos” e ajustada aos preceitos do “novo espírito do capitalismo”. Portanto, é perigoso falar que a profissão sempre foi precarizada, pois há vários sentidos para a mesma palavra, dependendo do tempo histórico e as condições de produção do trabalho jornalístico.

Por exemplo, há diferenças entre o “ser *freelancer*” antes da reestruturação do mundo do trabalho, ocorrida principalmente, a partir da década de 1990, e como o *freelancer* adquire um novo status com a “cidade por projetos” (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009), pois no mundo atual, é preciso ter muitos vínculos para sobreviver na profissão, havendo muitos profissionais trabalhando de forma “não-tradicional”.

Fonseca e Souza (2006) consideram que o jornalismo brasileiro vive hoje o pós-fordismo nas redações, onde a reestruturação do modo de produção capitalista tem implicações sobre a organização do trabalho no jornalismo industrial. Como diz Fuchs (2013, p. 220), “o trabalho digital é baseado na vigilância, no sangue e no suor do trabalho super-explorado nos países em desenvolvimento. O pós-fordismo não substitui o taylorismo, mas se parece mais com uma forma ainda mais sangrenta do taylorismo”.

Quanto à organização do trabalho, o que dominam, no campo jornalístico, são as “ideias de flexibilização e de desregulamentação, como contratos de trabalho por tempo indeterminado, terceirização, pagamentos por tarefa, etc.” (FONSECA; SOUZA, 2006, p. 5), antes mesmo da alteração da legislação trabalhista. E essa flexibilização da organização do trabalho tem consequências diretas na compressão do tempo-espaço (HARVEY, 2001).

Segundo Paula Marcelino (2011), o processo de “flexibilização” pode ser considerado como parte integrante de um processo geral de precarização. E o que seria

precarização? O termo é apropriado para designar as consequências da redução dos direitos sociais e para as consequências “da inserção de novas tecnologias, da reorganização do espaço e das hierarquias das empresas, da necessidade da polivalência, da introdução de mecanismo de variação salarial e da incorporação de variadas funções (...) àquela principal do trabalhador” (MARCELINO, 2011, p. 67).

O jornalista tem que ser multiplataforma e polivalente, com a exigência de domínio dos mais variados meios e linguagens, assumindo funções desempenhadas antes por outros profissionais. Trata-se de uma polivalência não somente tecnológica, mas midiática e temática. “Um jornalista começa a usar o computador para editar vídeos, um designer gráfico se aproxima do mundo da edição de áudio e o fotógrafo descobre o aplicativo para retoque de imagem” (SCOLARI, 2008, p. 203).

Para Ramonet (2013), a principal característica da profissão de jornalista atualmente é a precarização. “A maioria dos jovens jornalistas é muito mal paga. Trabalha por tarefa, muitas vezes em condições pré-industriais. Mais de 80% dos jornalistas recebem baixos salários (...) profissionais que, não raro, vão ser explorados pelo mercado” (RAMONET, 2013, p. 89).

O que interessa, então, é que o trabalho jornalístico seja compreendido na chave da “exploração” no momento atual do capitalismo. Segundo Cohen (2012, p. 151), é preciso ligar “as precárias condições de trabalho e as transformações mais amplas em curso nas indústrias culturais, e, ao mesmo tempo, reconhecer os trabalhadores como agentes que resistem, lutam mais e negociam suas condições de trabalho”

Os Jornalistas Falam Sobre o Trabalho: precarização e sofrimento

Na amostra dos jornalistas *freelancers* (Grohmann, 2012), havia no questionário quantitativo uma pergunta sobre a precarização da profissão. Para 90% dos pesquisados, o trabalho do jornalista vem sendo precarizado, e as causas mais apontadas são, em ordem decrescente de porcentagem: a busca do lucro empresarial (28,9%), excesso de profissionais no mercado (23,3%) e as mudanças no mundo do trabalho (22,2%). Na

opinião deles, as empresas precarizam as relações de trabalho para pagarem salários menores (45,6%) e para economizar com encargos sociais (35,6%). Nos próximos anos, eles acham que a precarização tende a aumentar (80%). Conforme Marcondes Filho (2002, p. 58), “chateados pelo desemprego, os jornalistas de posição intermediária na empresa e os precários (frilas, repórteres-redatores, focas) perdem rapidamente de vista o fascínio da profissão”.

No entanto, a palavra “precarização” não faz parte do vocabulário presente dos entrevistados, pois, como vimos (Grohmann, 2012), principalmente os jornalistas jovens mostram um discurso ajustado às prescrições do “novo espírito do capitalismo”, não conseguindo, por vezes, ter uma visão crítica sobre sua própria situação de trabalho. Com isso, a noção de “coletivo” se esvai: o que sobram são “instâncias individuais em rede” (Boltanski; Chiapello, 2009) ou “solidões interativas” (Wolton, 2011)

Bruno³, 26 anos, é um dos poucos que enxergam a precarização do trabalho, sendo um dos movimentos a própria transformação discursiva da “pessoa jurídica” como algo positivo ou o “*freelancer* fixo” não como algo contraditório, mas também positivado.

Chamam PJ⁴ de frila fixo, não é frila fixo. Frila é aquele que você faz lá na sua casa, você não está sujeito às pressões e às questões e é isso um trabalho comum. Quando você sai da sua casa todos os dias e é obrigado a ir num emprego, às vezes até sujeito a penalidades...desconto, outras coisas que talvez você tivesse no CLT ou estaria em alguma outra empresa. Quando você está sujeito a todas as questões que você teria na CLT mas você não tem o registro, é precarização do trabalho né? A gente tem que entender muito bem isso ai né? Tem muita gente que não entende, infelizmente o jornalismo passa por um momento negro, questão geral, principalmente intelectual, é verdade, uma triste verdade mas é a minha constatação. As pessoas acham que é normal, e o mercado de trabalho é a mesma coisa, então eu acho que a primeira questão pra gente resolver os milhões de problemas que tem no jornalismo é não achar normal o que está errado.

Para o entrevistado, o jornalista *freelancer* é alguém que trabalha mais em casa e “não está sujeito às pressões”. Em contraposição, não seria frila alguém que sai de casa todos os dias para trabalhar em um emprego. Ele revela que há uma “pegadinha” no plano discursivo com relação à denominação: considera-se *freelancer* o que, na verdade, é um funcionário pessoa jurídica (PJ), precarizando, portanto, as relações de trabalho.

³ Todos os nomes aqui apresentados são fictícios. Além disso, os discursos são apresentados do modo como os entrevistados disseram, com as modalizações do discurso oral.

⁴ Pessoa Jurídica.

José Marcos Rainho (2008), em seu “Jornalismo *Freelance*” concorda com esta visão de Bruno: “é necessário separar o frila profissional do frila precário (como o *freelance* fixo, por exemplo, uma aberração profissional e jurídica)” (Rainho, 2008, p. 14).

O entrevistado transporta isso para o mundo do trabalho, ao dizer que não se pode achar normal o que está errado. Acham que o freelancer fixo é uma questão normal, pois está sob a “capa” de freelancer, pois, atento ao plano discursivo, o crime é o “PJ”, não o “frila fixo”. Bianca é a única a tentar compreender melhor estas diferenças e a enunciar sobre, em resposta a Bruno.

Eu acho que ele diferenciou bem, uma coisa é ser frila e cabe até esse verbo escolher, obter que é estilo de vida, outra coisa é ser PJ que é imposição e aí você é um trabalhador, um empregado né, é o que ele tá falando, e aí acho que não cabe esse verbo escolher, assim não é uma escolha, é uma imposição e as vantagens quando você faz uma opção por ser frila. é a outra concepção de você trabalhar em três horários, de madrugada, com diferentes clientes e tal, aí é uma opção que não é só a liberdade. *Acho que aquilo não tem só frila, tem PJ também, tem várias..._mas por quê você escolheu ser frila? E aí acho que entra, primeiro, liberdade de tempo, liberdade de fazer seus próprios projetos pessoais* (Bianca, 32 anos).

Ao atentar ao enunciado de Bianca, ela opõe *freelancer* e PJ a partir de duas palavras: “escolha” e “imposição”. O frila teria a palavra “liberdade” como mote principal, afinal ele é *free*, é livre: “liberdade de tempo, liberdade de fazer seus próprios projetos pessoais”, sendo, portanto, um estilo de vida. Por outro lado, o PJ seria algo imposto, um empregado, onde não caberia o “verbo escolher”. Portanto, ao se considerarem e discursarem como jornalistas *freelancers*, os frilas fixos tem uma imposição vista como uma escolha, aprisionamento visto como liberdade. Colocam-se como *free*, quando, na verdade, são precarizados. Pergunta-se o quanto as empresas de comunicação contribuem para esta disputa discursiva, pois é muito mais bonito se dizer que se é livre do que fazer parte de algo que é um crime. Como diz Jorge Ribeiro (1994, p. 149), “o objetivo das estratégias das empresas é obter a adesão do trabalhador numa área intelectual, tradicionalmente rebelde”. Desse modo, as situações de precariedade se dão pelo fator mudança e reestruturação do mundo do trabalho e pela falta de adequada reivindicação da sociedade – e daí os jornalistas como coletivo – para que as conquistas tecnológicas sejam acompanhadas de conquistas em qualidade de vida no trabalho.

Ou, como afirma Fäiza Naït-Bouda (2008), ser *freelancer*, antes, poderia ser considerada uma escolha. “Hoje, a situação mudou e o *freelancer* incorpora um estatuto que é, muitas vezes, distante dos ideais do início do século XX, de liberdade e independência” (Naït-Bouda, 2008, p. 84).

No entanto, mesmo os entrevistados não falando o termo “precarização”, eles têm alguma dimensão das mudanças no mundo do trabalho, como o “sofrimento” e o engajamento do trabalhador em sua atividade. A sensação de sofrimento, então, é notada como hegemônica nos discursos dos entrevistados. Inclusive, há uma outra palavra, do mesmo campo semântico, designada por uma entrevistada, para descrever o atual momento do mundo do trabalho: aniquilamento. “O trabalho hoje é visto como uma coisa para aniquilar tua vida, né? E todas as pessoas acham isso legal, bonito... Se você não quer isso, se você demonstra não querer isso, parece que você é... enfim, é inapto pro mercado de trabalho” (Helena, 23 anos). Ela demonstra o desconforto do *freelancer* em relação ao mercado de trabalho “com carteira assinada”, e por estar, de certa maneira, à margem. Além de sofrimento, o trabalho é visto como um “extermínio à vida”. Horas demais dedicadas ao trabalho, pressão, ausência de retorno e de reconhecimento de si no trabalho parecem justificar o termo forte: “aniquilação”. Há de se destacar que este sofrimento não é exclusivo do trabalhador-jornalista, mas está situado no próprio sistema econômico.

Quando Helena enuncia “se você demonstra não querer isso, parece que você é (...) inapto pro mercado de trabalho”, o “isso” se refere à rotina de trabalho considerada “padrão”, como a figura do “pai-trabalhador”, que sai para trabalhar às oito da manhã, de terno e gravata e retorna às seis da tarde. Quem não se adequa a este “espírito” é considerado à margem, “inapto”, muitas vezes visto pelas outras pessoas como um “vagabundo”.

A polivalência exigida para o trabalho de jornalista e marca do sistema capitalista atual, é ressaltada para justificar a importância da “liberdade”: “essa liberdade, que eu acho que isso vale muito hoje, ainda mais em um tempo em que a gente precisa trabalhar em várias frentes, vários meios” (Miguel, 30 anos). E o contraponto desta liberdade é a instabilidade., com a não-possibilidade de planejamento, é algo que, em alguma medida, preocupa os sujeitos pesquisados. “Eu tô com 42 anos, eu tenho uma filha com quase 4 anos, entendeu? Fica nessa instabilidade, nesse negócio, é uma coisa que eu fico pensando ‘pô, e daqui a 15 anos? Como é que eu vou estar?’”(Rodrigo, 42 anos).

Esta impossibilidade de planejamento é exemplificada neste enunciado de Érica, que evidencia as frágeis relações de trabalho, justificadas, por vezes, pela sensação de “liberdade”.

Eu vim pra cá pra trabalhar na Abril. Era uma vaga em potencial, uma amiga que já trabalhava lá dentro me chamou, e depois de três meses, que é o tempo de experiência, eles te avisam que eles podem te pagar o que eles estão te pagando, só que você ali dentro custa dinheiro pra eles, desde o computador até a cadeira, eles te dão uma série de explicações, e aí eu passei a fazer o que eu fazia lá dentro, em casa. Por dois anos eu fiz tudo em casa. (Érica, 28 anos) .

O trabalho “de casa” traria, sobretudo, uma sensação de “liberdade” e de “não precisar sofrer com o trânsito”, ou “trabalhar no aconchego de um lar”. Contudo, mais do que isso, trabalhar em casa é menos custoso para a empresa, pois “você ali dentro custa dinheiro pra eles, desde o computador até a cadeira”. Ou seja, até a cadeira que se usa no local de trabalho faz parte do processo produtivo e pode diminuir os lucros da corporação. Pois, então, que todos os custos do trabalho sejam transportados ao trabalhador, para que se aumente a mais-valia da empresa e a exploração do trabalhador. Como diz Scholz (2013) em relação ao “trabalho digital”, há novas formas de trabalho, mas velhas formas de exploração, a partir do aumento do “trabalho não-pago”, por exemplo. Segundo Ursula Huws (2009, p. 53)

111

o trabalhador em casa fornece muita das coisas normalmente fornecidas pelo empregador: o local de trabalho, de estoque, aquecimento, iluminação, seguros, tempo para entradas e saídas, gerenciamento e monitoramento (...) bem como na exposição a vários riscos de saúde e de segurança. O computador doméstico desempenha um papel interessante e ambíguo nisso tudo, já que é um instrumento tanto de produção quanto de reprodução, é usado tanto para fazer encomendas na mercearia ou para a lição de casa das crianças quanto para o trabalho em si.

Trabalhar com múltiplas plataformas significa intensificação das rotinas de trabalho e, muitas vezes, ter um trabalho não-pago. Para os entrevistados, o trabalho do jornalista se compara ao de um “equilibrista”.

“Ah, mas são tantas plataformas e tal”. E eu também não sei o quanto que se agrega, ouça o áudio da entrevista e você lê a entrevista na revista, a não ser pra quem tá fazendo um trabalho de análise das duas plataformas, da maneira com que você editou, não sei se pro público isso é tão legal né? O que está claro atualmente, pelo menos pra mim e das minhas conversas com meus amigos, é “Oh, equilibra os três pratos ao mesmo tempo, não pode deixar cair nenhum”, mas é impossível você fazer os três bem feitos, eu acho impossível (Judith, 31 anos)

Em vez de contratar três jornalistas, um para cada função, apenas um jornalista é contratado para as múltiplas plataformas: trata-se do “jornalista-convergente”. Segundo Hélder Bastos (2010, p. 65), “a indústria procura, cada vez mais, jornalistas versáteis que saibam entender, se não trabalhar, através de diferentes *media* ou num sistema de *media* convergentes”.

Segundo Hélder Bastos (2010, p. 71), “o fato de na *web* o clique de notícias poder ser de 24h horas com *deadlines* contínuos (...) obriga os ciberjornalistas a terem de adaptar-se a este ritmo acelerado”. Com um *deadline* contínuo, não há sensação de trabalho encerrado, pois é um trabalho permanente de *deadlines* instantâneos. Os sujeitos não possuem tempo para “sensação de descanso”, como fica evidenciado nesta fala de Eliana, 42 anos: “eu acho que isso acaba tornando a vida da gente bem mais complicada. Acho que é um processo mais intenso, cansativo”.

Para outra entrevistada, Iara, 32 anos, a redação multi-plataforma não faz dela uma grande diversão, um *playground*, ou um *playbor*. Trata-se, antes, de uma “linha de fábrica”: “na redação, no dia-a-dia, com tecnologia, você tem que fazer a matéria, mas você tem que atualizar o... você tem que atualizar o site. Sabe, é quase que uma linha de fábrica mesmo”. Dito de outra forma: trabalha-se a partir da própria casa, pode-se ter flexibilidade, mas a imagem ainda é a de uma fábrica. A exploração do trabalho no que parece *playground* acontece da mesma forma do que na “fábrica”, que faz parte do imaginário como o lugar por excelência do “mundo do trabalho”. A digitalização dos processos de trabalho não faz do trabalho algo “virtual”, o que se ajusta ao conceito de “escravos da rede”: “eles trabalham por longas horas e amam tudo isso, mas também sentem a dor de serem demitidos pela mídia digital” (Terranova, 2013, p. 33).

Considerações Finais

O artigo mostrou a importância de se pensar o jornalista como trabalhador atualmente, pensando menos no “mito” (ADGHIRNI, 2005) e mais nas condições de trabalho atualmente. Os discursos e as práticas dos jornalistas não são fatos isolados, mas são constitutivas das relações de trabalho na contemporaneidade. Quando se fala

em precarização e na lógica econômica atual, não estamos falando somente de baixos salários. Trata-se de mudanças na forma de trabalhar que persistem tanto para a classe dos “jornalistas de pé” quanto para os “jornalistas sentados” (MARCONDES FILHO, 2002). Trata-se do imperativo do jornalista multiplataforma e polivalente

Esta lógica mostra que, se de um lado, o jornalista modifica seu estatuto, saindo das funções consideradas “tradicionais”, há uma “explosão do jornalismo”, no sentido de Ramonet (2013), pois se precisa de jornalistas nas mais diversas funções, antes impensáveis.⁵

O jornalista não desaparece no momento onde os canais de informação se multiplicam, onde as narrativas tomam outra forma e estão por toda a parte, onde as redes sociais se tornam um lugar privilegiado de acesso à informação, em um momento onde os usuários produzem e remixam os conteúdos. Sua importância ainda é central como mediador, editor e tradutor do mundo (SILVERSTONE 2002), mesmo com os conteúdos produzidos pelos cidadãos. Alguém precisa organizar o “caos”, em um tempo onde nunca se falou tanto, mas, paradoxalmente, nunca se comunicou, efetivamente, tão pouco (WOLTON, 2011).

Ele muda seu estatuto, pois a lógica se transforma. Mas é preciso pensar a própria condição do jornalista como trabalhador atualmente. Só pensando em “palavras-mágicas” “interatividade” ou “liberdade”, construímos um “mundo cor-de-rosa” e não olhamos atentamente à realidade.

Referências

ACCARDO, Alain. *Journalistes Précaires, Journalistes au Quotidien*. Marseille: Agone, 2007.

⁵ A título de exemplo, temos o caso da jornalista Mariana Blac, de 27 anos, que deixou o cargo de analistas de redes sociais em uma empresa para ser a primeira testadora de produtos eróticos do Brasil para um site. A vaga deveria ser preenchida por uma jornalista, não por uma atriz pornô ou algo do gênero. O caso de Mariana repercutiu nos jornais e nos *talk shows* brasileiros. <http://delas.ig.com.br/amoresexo/2013-05-30/mariana-blac-testa-produtos-eroticos-nao-e-besteira-escrever-sobre-sexo.html>

ADGHIRNI, Zélia Leal. O Jornalista: do mito ao mercado. *Estudos em Jornalismo e Mídia*. Vol II, n. 1, 1º sem. 2005.

BASTOS, Helder. *Ciberjornalistas em Portugal: práticas, papéis e ética*. Lisboa: Livros Horizonte, 2010

BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Ève. *O Novo Espírito do Capitalismo*. São Paulo: Martins Fontes, 2009

CASTELLS, Manuel. *Comunicación y Poder*. Madrid: Alianza, 2010.

COHEN, Nicole. Cultural Work as a Site of Struggle: freelancers and exploitation. *Triple C – Open Access Journal for a Global Sustainable Information Society*. V. 10, n. 2, p. 141-155, 2012

EAGLETON, Terry. *Marx estava certo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012

FIGARO, Roseli; NONATO, Cláudia; GROHMANN, Rafael. *As Mudanças no Mundo do Trabalho do Jornalista*. São Paulo: Atlas, 2013.

FONSECA, Virgínia; SOUZA, Paulo Henrique. O Pós-Fordismo na Produção Jornalística. *Intexto*, Porto Alegre, v. 2, n. 15, p. 1-18, 2006.

FUCHS, Christian. Class and Exploitation on the Internet. In: SCHOLZ, Trebor (org.). *Digital Labor: the internet as playground and factory*. New York: Routledge, p. 211-224, 2013.

GROHMANN, Rafael. *Os Discursos dos Jornalistas Freelancers Sobre o Trabalho: comunicação, mediações e recepção*. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo. Orientador: Roseli Aparecida Fígaro Paulino, 2012.

HARVEY, David. *Condição Pós-Moderna*. Rio de Janeiro: Ed. Loyola, 2001.

HUWS, Ursula. A construção de um cibertariado? Trabalho virtual num mundo real. In: ANTUNES, Ricardo; BRAGA, Ruy (org.). *Infoproletários: degradação real do trabalho virtual*. São Paulo: Boitempo, 2009, p. 37-58

MARCELINO, Paula. As Palavras e as Coisas: uma nota sobre a terminologia dos estudos contemporâneos de trabalho. *Mediações*. Londrina, v. 16, n. 1, p. 55-70, 2011.

MARCONDES FILHO, Ciro. *A Saga dos Cães Perdidos*. São Paulo: Hacker Editores, 2002.

MARTEL, Frédéric. *Mainstream: a guerra global das mídias e das culturas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

MARX, Karl. O trabalho do artista na sociedade contemporânea. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Cultura, Arte e Literatura: textos escolhidos*. São Paulo: Expressão Popular, 2010, p. 151-163

MORAES, Dênis de. Sistema midiático, mercantilização cultural e poder mundial. In: MORAES, Dênis; RAMONET, Ignacio; SERRANO, Pascual. *Mídia, Poder e Contrapoder: da concentração monopólica à democratização da informação*. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 19-52.

NAÏT-BOUDA, Fäiza. From identity to identity strategies: the French *pigiste* group identity as an exemplary case study. In: CARPENTIER, Nico et alli. *Democracy, Journalism and Technology: new developments in an Enlarged Europe*. Tartu: Tartu University Press, 2008.

RAINHO, José Marcos. *Jornalismo Freelance: empreendedorismo na comunicação*. São Paulo: Summus, 2008.

RAMONET, Ignacio. A explosão do jornalismo na era digital. In: MORAES, Dênis; RAMONET, Ignacio; SERRANO, Pascual. *Mídia, Poder e Contrapoder: da concentração monopólica à democratização da informação*. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 85-102.

RIBEIRO, Jorge Cláudio. *Sempre Alerta: condições e contradições do trabalho jornalístico*. São Paulo: Brasiliense, 1994

115

SCHOLZ, Trebor (org.). *Digital Labor: the internet as playground and factory*. New York: Routledge, 2013.

SCOLARI, Carlos. *Hipermediaciones: elementos para una teoria de la comunicación digital interactiva*. Barcelona: Gedisa, 2008.

SILVERSTONE, Roger. *Por Que Estudar a Mídia?* São Paulo: Loyola, 2002.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

SOUZA, Jessé. *Os Batalhadores Brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora?* Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010.

TERRANOVA, Tiziana. Free Labor. In: SCHOLZ, Trebor (org.). *Digital Labor: the internet as playground and factory*. New York: Routledge, 2013, p. 33-57.

WOLTON, Dominique. *Informar Não é Comunicar*. Porto Alegre: Sulina, 2011

WU, Tim. *Impérios da Comunicação: do telefone à Internet, da AT&T ao Google*. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.